

ANC 14

CORREIO BRAZILIENSE

Estatização absurda

20 AGO 1987

O País vive uma instância muito especial ao se colocarem perante a Assembléia Nacional Constituinte determinados problemas sobre os quais falsas teses progressistas pretendem agir e reagir, impondo definições constitucionais contrárias ao bom senso, à lógica e à realidade de fatos já consagrados pelo êxito e pela correção nas práticas que marcam o encaminhamento e as soluções encontradas.

São públicas e notórias as enormes responsabilidades dos legisladores encarregados de redigir uma nova Carta Magna, onde projetem as grandes linhas de ação do País, buscando harmonizar as necessidades fundamentais da Nação com propostas que reflitam no seu conjunto os verdadeiros anseios da coletividade e mantenham uma coerência nos meios e nos fins a serem incorporados à Constituição. Esse processo obriga-se a permanecer dentro de uma idéia geral de aperfeiçoar aquilo que tenha saldos positivos e corrigir situações equívocas nas quais o interesse público maior não tenha correspondência com os respectivos desempenhos.

O processo legislativo que dará ao Brasil uma carta de princípios não pode contrariar nas soluções que arbitrar as iniciativas que tenham apontado, nos respectivos contenciosos, ativos saudáveis, garantidos pela regularidade nos resultados iniciais, intermediários e finais.

Estão neste caso as entidades assistenciais e de ensino profissional representadas pelo Sesi, pelo Senai, que têm o patrocínio dos industriais, e pelo Sesc e Senac, de responsabilidade do comércio. Tais instituições nasceram em

função da visão prospectiva de Roberto Simonsen, uma das lideranças mais esclarecidas de quantas a Nação conheceu e que teve destacada atuação como homem de empresa, como parlamentar e como renovador de usos e costumes.

Simonsen acreditava no homem e nos investimentos que objetivassem a sua valorização profissional e a sua habilitação para fazê-lo competente e competitivo, e portanto para torná-lo mais eficiente em seu desempenho em termos tecnológicos.

Nasceram de seus ideais e de sua crença no aperfeiçoamento humano o Serviço Social da Indústria e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Inteiramente subordinados aos padrões de gerenciamento dos homens de empresa, essas organizações cedo se afirmaram como entidades de assistência social e de formação especializada, realizando uma obra educacional abrangente e prestante e que surgiu em apoio ao setor de transformação que acabara de ingressar nos padrões de escala, preparando-se para a grande aventura que o crescimento do País colocava como um desafio perante os homens esclarecidos do seu tempo.

Ao Sesi e ao Senai juntaram-se o Serviço Social do Comércio e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. O País, que experimentava a trepidação para a prosperidade implantada na década de 1940, recebeu com avidez a proposta de assistência que o empresariado entendeu ser o canal mais hábil para se constituir em bases duradouras os alicerces das transformações e das trocas que se tornaram fundamentais para que o Brasil se credenciasse

para as honras de alcançar e sustentar a oitava economia mundial.

A presença dessas instituições hoje é uma realidade incontestável, distribuindo-se espacialmente por toda a Nação. De Norte a Sul e de Leste a Oeste, constitui-se na marca prestante dos homens de empresa, assinalada nos serviços de assistência e na obra educacional que industriários e comerciantes desfrutaram em graus máximos de desempenho e de ganhos incontrovertidos em favor dos objetivos assistenciais que estão na essência do Sesi, do Senai, do Sesc e do Senac.

Sobre essa estrutura leve, dinâmica, efetiva, eficiente e voltada para ofícios de indiscutível validade para o sistema privado gerador de riquezas, alguns constituintes pretendem impor o estatismo pesado, quase sempre esclerosado, retrógrado, deficitário, empreguista e destituído de compromissos com os fins a que se propõe. Puro engodo, de indisfarçável falsidade ideológica, justamente quando o Governo parte para um projeto privativista.

É contra essa intervenção absurda e descabida, totalmente destituída de critérios justificáveis, que a sociedade está formalizando um "não" uníssono. Fala, alto o protesto de milhões de beneficiários de ontem e de hoje, ao perceberem que sob a tutela estatizante todo um processo consolidado e de extrema utilidade pública está ameaçado em seus fundamentos, pois não haverá como resistir à avidez burocrática que o oficialismo porá a serviço do desmonte de uma obra que representa um dos orgulhos nacionais. Firmada e consolidada. Responsável e diligente.